



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

## **PARECER JURÍDICO**

**REQUERENTE:** Secretaria de Educação, Cultura e Turismo.

**ASSUNTO:** Parecer Jurídico sobre Dispensa de Licitação. Processo 1067/2025.

EMENTA: PARECER JURÍDICO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO 1067/2025. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL TRANSPORTE ESCOLAR – LEI MUNICIPAL 2.798/05; ART. 11 INCISO VI DA LEI FEDERAL 9.394/96; ART. 75, INCISO VIII, §6º DA LEI 14.133/21.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise de processo referente a pedido de dispensa de licitação com objetivo de contratação de empresa especializada em Transporte Escolar atendendo a demanda atual existente, face aos estudantes/usuários atuais e sua localização física. A localização física dos estudantes/usuários pode eventualmente se alterar, todavia, a municipalidade deve atender sem distinção de modo a proporcionar acesso ao transporte escolar a todos estudantes/usuários.

O Estudo Técnico Preliminar apontou a necessidade, assim como a solução da demanda e as alternativas existentes no mercado. O Termo de Referencia delimitou estritamente o objeto em suprir por 60 (sessenta) dias letivos de transporte escolar por quilometro para duas linhas a serem implementadas, senão vejamos: Linha A – 60 dias letivos 6.960 Km, R\$6,73 por Km; Linha B – 60 dias letivos 4.476 Km, R\$5,49 por Km.

**"Sentinela do Progresso."**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

Foi apurada Pesquisa de Preço para mensurar parâmetros praticados onde foi apurado o valor de: Transporte Escolar R\$9,50 por Km Município de Caxias do Sul/RS; Transporte Escolar R\$8,61 por Km Município de Doutor Mauricio Cardoso/RS; Transporte Escolar R\$5,49 e R\$6,73 por Km São Miguel Transporte. Assim a média de valores apurada foi de R\$7,58 por Km. É o relatório. Passa-se a análise jurídica do parecer que, registre-se, é vinculado ao Processo 1067/2025.

## **II - PARECER**

A Constituição Federal em seu artigo 37, Inciso XXI impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo objetivo é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Verifica-se que o constituinte delegou ao legislador ordinário a fixação de hipóteses excludentes da regra da licitação. Nesse sentido, o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, determina que:

### **Lei nº 14.133/21**

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

**VIII** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

[...]

**"Sentinela do Progresso."**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, **sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.**

A hipótese legal constante do Termo de Referência se fundamenta no artigo 75, inciso VIII, Lei n.º 14.133/2021, assim como Lei Municipal 2.798/05; Art. 11 Inciso VI da Lei Federal 9.394/96, em razão da essencialidade na prestação do serviço público do Transporte Escolar.

Importante citar que nenhuma contratação deverá ser admitida sem a caracterização correta do objeto, bem como, as indicações dos créditos orçamentários para pagamento, de acordo com o art. 150 da Lei 14.133/21

**Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.**

Portanto cabe ao gestor, na fase que antecede a contratação, indicar a existência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento da contratação almejada. No processo consta dotação orçamentária Conta despesa final: Transporte Escolar 3390.39.32.00.00.00 (06.02.2071) datado de 26 de Março de 2025 e firmado pelo Prefeito Municipal Gerson Lopes Rodrigues Machado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

No que diz respeito ao processo administrativo precedente à dispensa, o art. 72 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece o seguinte:

**Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI** - razão da escolha do contratado;
- VII** - justificativa de preço;
- VIII** - autorização da autoridade competente.

**Parágrafo único.** O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Ademais, para a formação do valor da contratação, e posterior enquadramento, a estimativa de despesa e a justificativa de preço, por sua vez, devem seguir os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/21:

**Art. 23.** O valor previamente **estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado**, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

**§ 1º** No processo licitatório para **aquisição de bens** e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, **o valor estimado será definido com base no melhor preço** aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No caso em apreço, foi apresentada Pesquisa de Preço em atendimento ao objeto da necessidade de modo a julgar a proposta que melhor atenda aos interesses da administração pública, analisando os valores praticados pelo mercado com base no melhor preço. Deste modo, entendo estar cumprido o descrito no artigos 23 e 72, assim como justificada a emergencialidade fundamentada no artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/21.

**Aponta-se para o disposto no §6º do artigo 75, da Lei 14.133/21, motivo pelo qual se recomenda sejam adotadas as providencias a apuração de eventual responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.**

**Recomenda-se que a elaboração do contrato além de outras cláusulas gerais, sejam inseridas cláusulas específicas seguindo o teor descrito no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referencia, nos requisitos da contratação, obrigação das partes, execução, de modo a prever expressamente**

"Sentinela do Progresso."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

o disposto nos artigos 103 (alocação de riscos) e 104 (das prerrogativas da administração) da Lei 14.133/21, aplicáveis ao contrato.

**Recomenda-se, expressamente, ser apresentada a dotação orçamentária como condição de firmar o contrato.**

Recomenda-se desde já que **a administração fiscalize com rigor a execução do contrato, sob pena de responsabilidade a quem der causa por violações dos dispositivos legais, na medida de sua responsabilidade, e constatada eventual descumprimento contratual pela empresa contratada seja prontamente adotadas as medidas pertinentes.**

Ante ao exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice nos **termos da fundamentação**, podendo este órgão promover a contratação pela autoridade competente com a formalização do contrato com a empresa: **"SÃO MIGUEL TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO LTDA"** inscrita no **CNPJ 21.425.750/0001-85**, para: Linha A quantidade de 6.960 Km a R\$6,73 por Km se apurando o valor de R\$46.840,80 nesta linha; Linha B quantidade de 4.476 Km a R\$5,49 por Km se apurando o valor de R\$24.573,24, Totalizando o valor de R\$71.414,04 (setenta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e quatro centavos) por 60 dias letivos de Transporte Escolar conforme documentos constantes do processo. Contratações por dispensa com fundamento no **art. 75, inciso VIII, Lei n.º**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

**14.133/2021.** Por tudo, opina-se pela legalidade do procedimento adotado sob análise. É o parecer, salvo melhor juízo.

Espumoso/RS, 23 de Março de 2025.



**EDUARDO DE CESERO**  
JURIDICO

